

**SER OU NÃO SER TREZE DE MAIO? A DISCUSSÃO SOBRE O PÓS-  
ABOLIÇÃO PELO ESCRITOR ASTOLFO MARQUES**

**TO BE OR NOT TO BE MAY THIRTEENTH? A DISCUSSION ON POS-  
ABOLITION BY THE WRITER ASTOLFO MARQUES**

Jéssica Reis Borges<sup>1</sup>  
UFMT

Maria Perla Araújo Morais<sup>2</sup>  
UFMT

**Resumo:** Este trabalho se dedica a estudar o conto “Ser treze” publicado em 1905 pelo escritor negro e maranhense Astolfo Marques (1876-1918). O conto reflete sobre o significado do 13 de maio de 1888 17 anos após a abolição. Nesse sentido, capta as diferentes percepções que a população negra teve sobre a data. Como não encontramos esse autor nos principais compêndios de literatura brasileira, a reflexão sobre o cenário pós-abolição no Brasil fica pouco complexa porque capitaneada por escritores que ou desconsideram a pluralidade da situação ou simplesmente acreditam que a abolição resultou na cidadania da população negra. Sem a voz de Astolfo Marques, essas interpretações sobre o pós-abolição se tornam hegemônicas, por isso é importante o estudo dos textos do escritor maranhense. A partir de sua obra, somos capazes de entender historicamente como a abolição foi interpretada no contexto de República no país. Observamos, nos personagens do conto, que alguns se negam a ser reconhecidos como libertos por decreto e outros defendem a necessidade de manter as festividades em relação à abolição. A situação nos faz pensar também no nosso próprio presente e nos sentidos diversos que a abolição ainda adquire em nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Astolfo Marques; Abolição; Pós-abolição; Literatura; Racismo

**Abstract:** This paper is dedicated to the study of the short story "Ser treze", published in 1905 by the black writer from Maranhão, Astolfo Marques (1876-1918). The short story reflects on the meaning of May 13, 1888, 17 years after the abolition of slavery. In this sense, it captures the different perceptions that the black population has of that date. Since we don't find this author in the main compendiums of Brazilian literature, the reflection on the post-abolition scenario in Brazil is not very complex, since it is led by writers who either ignore the plurality of the situation or simply believe that the abolition led to the citizenship of the black population. Without the voice of Astolfo Marques, these interpretations of the post-abolition period become hegemonic, which is why it is important to study the texts of the writer from Maranhão. From his work we can understand historically how abolition was interpreted in the context of the Republic in the country. We see in the characters of the story that some refuse to be recognized as freedmen by the decree, and others defend the need to maintain the festivities related to the abolition. The situation also makes us think about our own present and the different meanings that abolition still has in our society.

**Keywords:** Astolfo Marques; Abolition; Post-abolition; Literature; Racism

**Recebido em 14 de julho de 2023.**

**Aprovado em 15 de dezembro de 2023.**

---

1 Bolsista de Iniciação Científica pela UFMT/FAPEMAT. Graduanda em Letras/Espanhol pela UFMT. jr.borges16@hotmail.com

2 Doutora em Literatura Comparada pela UFF. Professora do Departamento de Letras da UFMT. maria.morais1@ufmt.br

## Introdução

Quando pesquisamos a respeito do escritor Astolfo Marques, observamos poucas informações a seu respeito, uma vez que ele não se encontra no cânone da literatura brasileira. Dessa forma, não conseguimos obter informações sobre ele nos principais livros de Literatura Brasileira, como, por exemplo, *História da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi (1994). Entretanto esse escritor tem uma obra com uma reflexão muito consistente sobre os principais momentos do final do século XIX e início do século XX do Brasil, como a abolição da escravatura e os anos que se seguiram à República.

Dessa forma, o debate literário sobre esse período acaba sendo feito por escritores brancos, que escrevem a partir de espaços geográficos, raciais e sociais de privilégios, invisibilizando o drama da população negra. Um cânone assim constituído impede que observemos o quão heterogênea é a discussão feita pela literatura sobre fatos importantes de nossa história social, como o cenário da pós-abolição no Brasil. Se observarmos os contos de Astolfo Marques, a produção de Maria Firmina do Reis, as poesias de Luiz Gama e os textos de Lima Barreto, por exemplo, vemos um outro retrato do Brasil: o que agrega como elemento formador de nossa identidade a população negra e denuncia a contínua política de extermínio dessa população. Por isso, é necessário apresentar vários olhares de escritores para termos uma história da literatura e da nossa sociedade mais plural. Além disso, se pensarmos que alguns lugares sociais, de gênero e de raça são assentados em privilégios, ter apenas o registro de uma parcela de nossa sociedade sobre nossa história pode esconder ou amenizar os principais problemas com os quais a sociedade brasileira tem que lidar. Dentre esses problemas, achamos crucial o racismo, que estrutura a sociedade brasileira e é responsável pela extrema desigualdade em que vivemos.

Astolfo Marques, escritor negro e maranhense, discute o cenário da pós-abolição, mostrando os desdobramentos e entendimentos díspares sobre o que significou a assinatura da Lei Áurea em 1888. Neste artigo, refletiremos sobre o conto “Ser treze”, de 1905, presente na obra *O 13 de maio e outras histórias do pós-Abolição* (2021), organizada por Matheus Gato, um dos principais pesquisadores de Astolfo Marques. O conto apresenta duas personagens, Eleutéria e Raimunda Codó, conversando sobre a data da abolição da escravatura. Enquanto melancolicamente vão notando o esquecimento da celebração do 13 de maio, discorrem sobre pessoas negras que creditam a sua liberdade ao fato de terem nascido livres ou comprado cartas de alforria,

porque não querem se associar à abolição. Assim, a história apresenta um cenário pós-abolição tenso em que muitos ex-escravizados se esquivam do assunto abolição e outros querem advogar pela necessidade de se exaltar a data. Em todas as situações, discute-se se o 13 de maio engendrou liberdade e cidadania.

O conto nos faz refletir melhor sobre a abolição da escravatura e a inexistência de mecanismo jurídicos e políticos que promovessem a construção da cidadania da população negra após a libertação dos escravizados. Pelo contrário, o que se nota no Brasil é um cenário adverso para a população negra já que, décadas antes da abolição, em 1850, fora aprovada a lei de terra que impossibilitava a permanência e aquisição de terras por ex-escravizados. Além disso, projetos como os da higienização urbana e criminalização da “vadiagem” no final do século XIX formam um contexto de segregação e pobreza da população negra no pós-abolição

Se atualmente o movimento negro e antirracista no Brasil discute o que representa o 13 de maio na luta contra o racismo, essa mesma pergunta já estava sendo feita pelos contos de Astolfo Marques logo em seguida à abolição da escravização. Se tivéssemos ouvido a resposta de Marques ou mesmo a de outros escritores negros que tratam sobre a escravização e pós-abolição, já teríamos uma tradição literária e social delineada de maneira mais consistente sobre o assunto. Como não temos essa tradição, a discussão fica muito restrita à visão daqueles que têm privilégios raciais.

### **1. 13 de maio: as diversas significações da data**

Raul Astolfo Marques nasceu em 11 de abril de 1876 sob a Lei do Ventre Livre (1871), na cidade de São Luís no Maranhão, e faleceu aos 42 anos no dia 20 de maio de 1918 com o Brasil já República (1889) e abolicionista (1888). Sua vida foi marcada pela sociedade da época, que ainda era escravista. Foram 12 anos atribulados com o final do período da escravatura somente em 1888. Sofrimentos e lutas moldaram Marques a ser tornar um homem que refletisse sobre essa vivência nas suas obras.

Iniciou sua carreira como servente na Biblioteca Pública, mas logo ascendeu profissionalmente se tornando jornalista, redator, contista e fundou com Antônio Lôbo, a “Oficina dos Novos”, que viria a se tornar, mais tarde, a Academia Maranhense de Letras.

Na sua trajetória, Marques produziu obras que discutiam a história maranhense e, principalmente, a vida dos negros no final do século XIX e início do XX. Podemos

destacar as seguintes livros lançados por ele: *A vida maranhense* (1905), *De São Luís a Teresina* (1906), *Natal* (1908) e *A nova aurora* (1913). O autor também publicou, em formato de folhetim, vários contos nos jornais e revistas da época, como as “*Revista do Norte*”, o “*Jornal*”, a “*Pacotilha*” e o “*Boletim da Oficina dos Novos*” (JESUS, 2010).

A sua última produção antes de sua morte, o conto *Reis Republicanos* (1916), trata de uma narrativa que descreve o impasse do personagem Daniel sobre um tema delicado para o Brasil República: colocar ou não os três Reis Magos no presépio. O risco de interpretações, como o apoio à monarquia, poderia lhe custar a vida, uma vez que, na recém República, a Igreja estava associada ao antigo regime. No conto, Daniel fica na dúvida de colocar os reis magos porque tinha medo das represálias do “delegado terrorista” (MARQUES, 2021, p. 136) ao expressar a sua fé.

Vemos, nesse breve conto, como Marques expressa de modo sutil os sentimentos das pessoas do final do século XIX e início do XX perante a mudança de regime governamental e a constituição dos novos regimes. De um lado, a dura monarquia, que já conheciam, e do outro uma República que impunha tanto medo quanto o regime anterior. O povo devoto da periferia se sentia acuado para praticar a sua religiosidade. A solução de Daniel para o “problema” foi colocar os reis magos vestindo as túnicas da liberdade, os “rubros e elegantes barretes frígios” (MARQUES, 2021, p. 138), que representavam a República.

Contos como a *Abnegação* (1902), *A Última Sessão* (1903), *O Discurso do Fabrício* (1903), *A Opinião da Euzébia* (1904), *De Corôa e Barrete* (1908) e seu romance *Nova Aurora* (1913) apresentam personagens que enfrentam momentos assim como o de Daniel em embate com a nova República (JESUS, 2010). Várias narrativas de Astolfo Marques nos fazem pensar na transição dos regimes políticos; nos modos de vida dos negros que passaram pela abolição e nos significados da liberdade para a população negra. Alguns contos de sua autoria foram reunidos e organizados pelo professor Matheus Gato na obra *O 13 de maio e outras histórias de abolição*. Composta por 17 contos do escritor, a coletânea apresenta histórias que foram veiculadas em jornais e revistas da época e em livros que Astolfo Marques publicou.

Nos livros de história e literatura, pouco ou nada se fala sobre como era a vida dos negros após a abolição, muitos menos vemos registros de escritores negros. Podemos citar um dos livros de referência da história literária brasileira, *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi (2015), em que observamos que não há nenhuma menção a Astolfo Marques. Vemos, apenas, tanto em Bosi quanto em Candido

(2007), uma rápida referência ao grupo de escritores do Maranhão anterior a Astolfo Marques, como observamos em *Formação da Literatura Brasileira*:

Habitados a evocar apenas o grupo da Niterói, esquecemos por vezes que entre eles se incluem não apenas Gonçalves Dias, mas Martins Pena(...); e o grupo do Maranhão, que valeu o cognome de Atenas Brasileira à capital da província. Desse grupo se destacam Francisco Sotero dos Reis e João Francismo Lisboa (....) (CANDIDO, 2007, p. 367)

Candido se dedica em *Formação da literatura brasileira* ao período compreendido entre 1750 e 1880, mas registra um dado importante sobre o Maranhão na década de XIX: o fato de ser conhecida como Atenas brasileira. Os escritores maranhenses dessa época, por isso, foram chamados de atenienses. Entretanto, com a República, o cenário intelectual efervescente passa por uma crise e a obra de Astolfo Marques acaba sendo capturada pela imagem de uma literatura regionalista. Na obra *Literatura Maranhense*, temos a seguinte entrada sobre o autor:

é o cronista do Maranhão, dos seus arrabaldes e subúrbios. A notícia exata e minuciosa de episódios da cidade no passado próximo ou no presente, os usos e costumes da população, principalmente das classes mais pobres, fazem o objeto exclusivo e único dos seus contos. Tanto em *A vida maranhense* como em *Natal* não se encontra propriamente a idealização, mas a reprodução fiel da realidade. Os lugares e personagens conservam até os seus próprios nomes. Ao lerem-se os contos de Astolfo Marques tem-se a impressão de estar lendo notícias reais do Maranhão. Com mais estro e melhor estilo seriam deliciosos. Entretanto produzem no leitor, se maranhense, doce sentimento de saudade; se estrangeiro, agradável sensação de interesse pelas coisas e pessoas do Maranhão. *A vida maranhense* e *Natal* são dos livros mais representativos da literatura local do Maranhão de agora. (CARVALHO, 2021, p. 51 e 52)

Informações como essa são importantes porque visibilizam o autor e o devolvem ao cenário literário. Entretanto, reforçam também uma percepção de que sua obra estaria centrada apenas no Maranhão, o que distanciaria o escritor do diálogo com as principais discussões do Brasil Imperial e Republicano.

Escrevendo no começo do século XX, o escritor maranhense comporia junto com os demais do período (Euclides da Cunha, Machado de Assis e Aluísio Azevedo) um quadro amplo da sociedade brasileira. Nos contos de Astolfo Marques, encontramos o cotidiano, as festas, as alegrias, os anseios, dúvidas de pessoas do povo de forma que nos possibilita interpretar um pouco melhor o que se passava naquela época no

Maranhão e, principalmente, como a província estava em diálogo com os principais fatos históricos do Brasil.

### 1.1 A Abolição e a pós-abolição

A liberdade dos negros escravizados aconteceu no dia 13 de maio de 1888, porém a data foi antecedida de muita luta, protestos e leis relacionadas ao questionamento da escravização em território brasileiro. Em 1824, a Inglaterra pressionava o Brasil para a imediata extinção do tráfico de escravos (FAUSTO, 2006) e se consolidava no país a independência com a manutenção do mesmo regime político da colônia: a monarquia. Essa permanência política contribuiu para que a escravatura se prolongasse, ao contrário de países vizinhos. Ainda no mesmo ano, foi promulgada a Primeira Constituição imposta pelo imperador, reconhecendo a cidadania dos poucos libertos e excluindo os escravizados. Ao mesmo tempo, a Constituição não reconhecia os direitos políticos da população negra em geral:

**Art. 94.** Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se  
I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.  
II. Os libertos.  
III. Os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa (BRASIL, 2012, p. 76)

Em 7 de setembro de 1831, o governo brasileiro aprovou a lei Feijó, que proibia o tráfico de escravizados e libertava todos os cativos que tivessem chegado ao Brasil a partir daquela data. Entretanto a lei não se cumpria pois muitos traficantes eram absolvidos pelos júris locais e insistiam no tráfico.

Em 1870, já no segundo reinado do Império, o novo Partido Liberal entra em cena com uma proposta de abolição gradual da escravatura. A Lei do Ventre Livre, de 1871, instituía que nasceria liberto o filho de mulher escravizada a partir da data da lei, mas essas crianças ficariam em posse dos senhores das suas mães até os oito anos. A partir dessa idade, os senhores poderiam pedir uma indenização ao Estado ou utilizar os serviços da criança até completar 21 anos. Essa proposta veio do partido conservador para que fosse tirada a exclusividade da defesa do abolicionismo do partido liberal. (FAUSTO, 2008).

O surgimento da Lei do Ventre Livre de 1871 se deu em meio a tentativa de trazer imigrantes europeus para o Brasil. Em 1856, a fazenda Ibicaba no Oeste Paulista já havia sido pioneira nesse projeto ao receber vários colonos alemães e suíços para a produção de café. Essa primeira tentativa acabou frustrada devido às condições precárias impostas, uma vez que os europeus encontravam as mesmas restrições dos escravizados.

Havia um projeto para tornar o Brasil, ainda escravista, atrativo aos trabalhadores urbanos e rurais europeus. O marketing dos grandes produtores de café não se limitou ao Brasil, com a abertura até de um escritório em Gênova em 1886 pela Sociedade Promotora da Imigração. O que se observa é que o Brasil, ao mesmo tempo em que se via pressionado a abolir a escravatura, articulava a criação de um mercado de trabalho inflado pela imigração europeia, sem nenhum questionamento do que aconteceria aos escravizados após a abolição.

Entre conflitos de interesses e a busca de alternativas para a mão escrava do Norte ao Sul do país, o Nordeste, mais precisamente o Ceará, saiu na frente ao declarar em 1884 extinta a escravização, seguido do estado do Amazonas. Neste cenário surgiu, então, em 28 de setembro de 1885, a Lei dos Sexagenários, que concedia a liberdade para os maiores de 60 anos mediante indenização.

Entre os anos de 1885 e 1888, houve maior pressão da campanha abolicionista, diante de fugas em massa e a transformação da cidade de Santos em um centro de escravizados fugidos (FAUSTO, 2008). A elite paulista cafeeira apressou a imigração europeia em larga escala para as colheitas. Como último recurso, Antônio Prado, que era ligado aos últimos fazendeiros escravistas do Oeste Paulista, tentou negociar a libertação dos escravos em troca de uma indenização de serviços prestados por um período de três meses, para que as colheitas fossem garantidas ainda naquele ano.

Em 1888, foi assinada pela princesa Isabel a Lei Áurea. Emília Viotti Costa descreve como a lei foi recepcionada pela população que se encontrava escravizada:

Mais de 700 mil escravos, em sua maioria localizados nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foram assim, do dia para a noite, transformados em homens livres. Nas senzalas e nos quilombos os negros festejaram sua liberdade. Os jornais louvaram a lei. Muitas páginas foram escritas em sua comemoração. Nas ruas, a população celebrou ruidosamente a emancipação dos escravos. (COSTA, p. 10, 2008)

Entretanto, a euforia da abolição, resultado da expectativa de igualdade e cidadania para a população negra, logo nos primeiros anos foi substituída por uma constatação de que mudanças estruturais na sociedade brasileira não seriam realizadas. Florestan Fernandes nos explica melhor essa situação:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel” (FERNANDES, 2008, p. 28)

Outro dado que subtraiu as discussões sobre cidadania durante a Primeira República foi a ideologia da modernidade e da racionalidade, que localizava no sistema escravista o passado que se queria esquecer. Assim, para não ter que questionar as estruturas sobre as quais a sociedade escravocrata se enriqueceu e acumulou privilégios, o Brasil preferiu propagar a narrativa da modernidade e atribuir os problemas nacionais à falta de progresso da nação:

O desejo da nação de nossos políticos e intelectuais se constituiu historicamente por meio de uma avaliação negativa de nosso povo e de nosso passado que, progressivamente, engendrou ideais e decisões políticas que se concretizaram, por exemplo, na Abolição da escravatura sem nenhuma política de incorporação dos libertos ao mercado de trabalho, antes em uma política pró-imigração europeia, na constituição de um regime republicano autoritário que via no povo sempre um empecilho a ser embranquecido, higienizado, civilizado. Isto já é perceptível, no início do século XX, nas reformas urbanas e nas expedições enviadas ao interior do país. O desejo da nação era um desejo de modernidade compreendido como a necessidade de reformar a ordem social por meio de uma intervenção orientada estrategicamente. Necessidade que se impunha a despeito das divergentes visões sobre como perseguir o caminho do progresso deixando para trás nosso passado colonial e escravista (MISKOLCI, 2013, p.20).

Nesse projeto de Brasil, a libertação dos escravizados foi pensada como algo que imediatamente proporcionava a igualdade de condições dentro da sociedade. Se houvesse algum tipo de desigualdade, ela seria motivada pela falta de progresso em solo nacional.



Após a primeira leva de imigrantes europeus chegarem e substituírem os escravizados nas fazendas e centros urbanos, os problemas sociais decorrentes desse rearranjo do sistema econômico como a “escravidão por dívida”, revoltas e fugas de colonos, instabilizaram o governo de 1889. Para regularizar a situação, não só subsídios foram propostos, como também um novo tipo de policiamento para silenciar as revoltas decorrentes das desigualdades sociais:

Ao lado da convicção de que a República de 1889 não havia cumprido com os sonhos e utopias de liberdade, igualdade e cidadania, vinha a certeza de que a violência se disseminara e que a culpa era das novas populações imigrantes, da liberdade dada aos africanos e negros ou do descontrole urbano (SCHWARCZ, 2012).

Prisões por gatunagem, ladroagem, desordem ou anarquismo formaram a nova base de segurança pública após a abolição e República. Além do policiamento ostensivo na busca da “ordem” social, também as populações negras sofreram com programas de higienismo urbano. Vários cortiços foram desocupados com a desculpa de que era necessário revitalizar os centros urbanos e dar uma feição mais moderna ao Brasil.

Também contribuía para que a cidadania da população negra não fosse abraçada em termos governamentais a ideia de que não haveria “preconceito de cor”. A crença em um país mestiço e igualitário amenizava, ainda mais, a situação. Para fazer frente a esse cenário, existiam vários “clubes, associações beneficentes, centros cívicos e grêmios literários criados pelos negros no período da Primeira República” (DOMINGUES, 2014, p. 253) que discutiam o espaço reservado à população negra logo após a abolição.

## **1.2 Como Astolfo Marques discute o 13 de maio**

O conto “Ser treze”, logo no início, menciona que a narrativa é em memória de Joaquim Maria Serra Sobrinho (1838-1888). Esse intelectual lembrado por Marques era um defensor da abolição, jornalista dos jornais *A reforma* e *A nova folha*, e escritor em revistas literárias maranhenses, como *A Coalizão*, *Ordem e Progresso*, *Imprensa e Semanário Maranhense*. Entretanto, seus textos eram assinados por pseudônimos, o que fez com que sua contribuição para a causa fosse praticamente apagada. Essa informação nos leva a crer que discutir a abolição não era uma situação tranquila e, dependendo de

quem o fizesse, os textos poderiam ser silenciados. Dessa forma, a primeira informação introduzida pelo conto é que tratar sobre a questão dos negros na sociedade brasileira nunca foi um tema que obtivesse livre circulação. Os abolicionistas eram muito atacados pela campanha que empreendiam:

Tinham perdido a batalha eleitoral e o novo governo do Partido Conservador declarava-lhes guerra, tachando-os de arruaceiros, desrespeitadores de leis e costumes que havia quatro séculos sustentavam a escravidão no Império do Brasil. (ALONSO, 2015, p. 10)

O conto, em linha gerais, trata de duas mulheres negras conversando sobre a data da abolição da escravatura 17 anos após o ocorrido. Durante o diálogo, elas vão expondo as diferentes percepções sobre a Lei Áurea, desde as que renegam o seu legado até as que a enaltecem. Por isso, com a história, é possível refletir sobre a recepção da lei e os significados da data para aqueles que foram escravizados.

Inicialmente, temos as personagens Eleutéria e Raimunda Codó, que há muito não se viam, se encontrando na Avenida Maranhense. A conversa entre as duas trata de temas variados, uma característica dos textos de Astolfo Marques. O cotidiano sempre é destaque nessa obra e, invariavelmente, acontecimentos banais ou pequenos acabam alcançando projeções maiores, inclusive políticas. No caso desse conto, as duas mulheres, depois de ouvirem o sino da igreja marcando 7:00 da noite, começam a lembrar do passado. O som da badalada do sino junto com a visão da Catedral fazem Raimunda e Eleutéria trazerem à memória as festividades da abolição. Dessa forma, a memória afetiva é despertada pela audição e visão, fazendo as personagens acionarem as lembranças da comemoração:

-Sabes de que me alembro, quando eu olho ali p´ra igreja da Sé? De quando gritou a liberdade; da festa de arromba que ali se fez, Eleutéria!  
-É verdade, minha comadre, parece que foi ontem... Mas já lá se vão dezessete anos, que não são dezessete dias! (MARQUES, 2021, p. 64)

O primeiro aspecto interessante em relação às memórias é o fato de elas terem sido acionadas pelas sensações. É célebre na história da literatura o episódio das *madeleines* na obra *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, publicado entre 1913 e 1927. No final do primeiro livro (“No caminho de Swann”) da obra, o narrador lembra da infância não de forma voluntária, mas a partir do gosto das *madeleines* que

experimental. A partir daí o narrador diferencia a memória voluntária daquela involuntária, experimentada por ele ao comer o bolinho francês:

Mas como o que eu então recordasse me seria fornecido unicamente pela memória voluntária, a memória da inteligência, e como as informações que ela nos dá sobre o passado não conservam nada deste, nunca me teria lembrado de pensar no restante de Combray. (PROUST, 1985, p. 150)

Proust discorre que a memória voluntária, aquela que intencionalmente se busca, não conserva nada do passado, porque nela há muita interferência do presente, ao contrário da memória involuntária. A partir das *madeleines*, o narrador consegue acessar a infância de uma forma distinta.

No conto de Astolfo Marques, Raimunda Codó se recorda de um momento feliz a partir do som do sino e da visão da Catedral, trazendo para seu relato toda a vivacidade e alegria que a abolição despertara em 1888. Nesse sentido, é notável a percepção da data como uma árdua conquista, por isso, quando ela é rememorada, há uma sequência de imagens que despertam alegria na personagem (“De quando gritou a liberdade; da festa de arromba que ali se fez”). A memória involuntária que as duas personagens acessam é algo espontâneo e vívido, fruto de uma experiência popular do evento:

- A procissão de Nossa Senhora da Vitória, ali, naquela Sé, pelo Treze de Maio, eu nunca via outra mais bonita!  
-E foi só isso? E as passeatas? Chega a gente não tinha mais tempo nem p’ra comer. De vez em quando os foguetes estouravam e a música zabumbava por aí afora, e lá a gente, se estava em casa, descansando, era só trançar a saia na cintura e ganhava o bredo. (MARQUES, 2021 p. 64)

É importante esse expediente dentro do texto porque aponta para uma contraposição a outras memórias, voluntárias e oficiais, retomadas sem essa vivacidade e significado popular. Nas memórias das duas personagens, há espaço para o registro da procissão, das passeatas, dos foguetes estourados e da música que, não por acaso, “zabumbava” ao longe. Zabumba é um tambor de origem africana e está muito presente na música do nordeste. O registro desse instrumento no conto enfatiza o legado africano na música e na linguagem. A utilização do verbo “zabumbar”, portanto, é um mecanismo literário que reproduz uma liberdade, em termos narrativos, ao deixar duas mulheres negras falarem e registrarem, na língua, os bens culturais brasileiros de origem africana.

Astolfo Marques está requerendo para a língua portuguesa a observação de seu entrelaçamento fônico, morfológico, semântico e sintático com as línguas africanas. Lélia Gonzalez, nos anos de 1980, enfatizava que era necessário observarmos como as línguas africanas formaram também o português. Ao contrário de só observarmos a relação de nossa língua com o latim, é necessário, sob a perspectiva da intelectual brasileira, conhecermos como as línguas africanas foram igualmente formadoras da Língua Portuguesa no Brasil:

(...) Eu gostaria de colocar uma coisa: minoria cultural a gente não é não, tá? A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português, é “pretuguês”. Se a gente levar em consideração, por exemplo, a atuação da mulher negra, a chamada “mãe preta”, que o branco quer adotar como exemplo do negro integrado, que aceitou a democracia etc. e tal, ela, na realidade, tem um papel importantíssimo como sujeito suposto saber nas bases mesmo da formação da cultura brasileira, na medida em que ela passa, ao aleitar as crianças brancas e ao falar o seu português (com todo um acento de quimbundo, de ambundo, enfim, das línguas africanas), é ela que vai passar pro brasileiro, de um modo geral, esse tipo de pronúncia, um modo de ser, de sentir e de pensar. (GONZALEZ, 2020, p.269)

Quando Astolfo Marques retrata duas personagens negras lembrando da abolição, imediatamente ele cria uma imagem que concorre com outras lembranças oficiais. As que o escritor cria, no entanto, são legitimadas porque foram um fruto espontâneo provocado por sensações e também porque as duas personagens vivenciaram a experiência “de dentro” da abolição, já que ambas foram escravizadas. Nesse sentido, é mais significativo ainda a questão de gênero. Comumente associadas ao espaço do lar, na história de Marques as mulheres negras não só estão na praça pública como também discutindo a abolição, requerendo para si o direito de serem sujeitos históricos e políticos. Marques está movimentando a literatura no sentido de ela projetar um Brasil inclusivo, em que a população negra não só esteja representada como uma voz, mas como memória e como sujeitos políticos.

O conto, ainda, quando registra o enaltecimento da abolição, evita que a data seja capturada por uma narrativa que atribui a libertação a uma dádiva branca. Ao recuperar a emoção, as festividades e alegria das festas em torno do 13 de maio, o escritor mostra o sentido que a abolição teve dentro de uma conjuntura de escravização. Com esse apego à emoção da data, reforça a necessidade de a abolição ser observada

como um evento fruto de uma luta e envolvimento do povo negro. Na realidade, esse reforço da comemoração da abolição mostra a completa distância entre a República e os anseios do povo. Nesse sentido, a população demonstrava o poder conservador que a República passa a representar nos anos seguintes à abolição

A República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. (...) Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos civis. Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado Vitalício e do Conselho de Estado e a introdução do federalismo, tinham sem dúvida inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder. Mas, não vindo acompanhadas por expansão significativa da cidadania política, resultaram em entregar o governo mais diretamente nas mãos dos setores dominantes, tanto rurais quanto urbanos. (...) O Estado republicano passou a não impedir a atuação das forças sociais, ou, antes, a favorecer as mais fortes (...) (CARVALHO, 1987, p. 45-46)

Quando Raimunda e Eleutéria acessam a memória da libertação, vemos pequenos gestos e personagens que não têm espaço dentro do panteão dos heróis pátrios. Por isso o conto capta detalhes que a história oficial não dá conta, mas que são igualmente importantes para entendermos como a Lei Áurea foi recepcionada pelos escravizados. Numa dessas lembranças, as personagens mostram que alguns libertos simplesmente largaram o jugo e mandaram os senhores realizarem o próprio trabalho, como é o caso da personagem Margarida:

- Tu te lembra da Margarida, aquela da casa dos Macedos?  
 - Eh! Essa rapariga era levada da breca. Pois ela não teve a coragem que, assim que chegou o telegrama dizendo que não havia mais escravos, chegar-se p'ras senhoras e dizer: “Agora todos somos iguais, quem quiser que vá ao Açougue. Quando as senhoras quiserem, têm uma casa às ordens no beco do Rancho”!E foi saindo acompanhada dum carroceiro com o seu baú na cabeça. As brancas ficaram todas com cara de André. (MARQUES, 2021, p. 64)

Interessante nesse relato é o fato de a abolição ser pensada como um momento em que se criaria uma igualdade entre brancos e negros. De fato, muitos abolicionistas defendiam o fim da escravização baseado na ideia de igualdade, uma vez que eram adeptos das discussões que surgiam em solo europeu:

As doutrinas que justificavam a escravidão foram (...) abaladas no decorrer do século XVIII. Em sua luta pela destruição do Antigo Regime, a burguesia europeia criou conceitos novos, que vieram pouco a pouco solapar a visão de mundo que justificava a ordem

tradicional. Com o intuito de combater antigos privilégios que cimentavam a ordem política e social existente, os revolucionários do século XVIII criticaram a teoria que atribuía aos reis um poder divino e proclamaram a soberania dos povos, exigindo a criação de formas representativas do governo. Afirmaram ainda a supremacia das leis e os direitos naturais do homem, entre os quais o direito de propriedade, de liberdade e de igualdade de todos perante a lei (VIOTTI, 2008, p. 14)

As ideias que fundamentavam a busca pela igualdade, na Europa, sistematizaram o que ficou conhecido como liberalismo. A partir dele, alguns abolicionistas brasileiros defenderam que era necessário uma sociedade não só independente, mas também igualitária. Mas essa “igualdade” foi pensada de forma distinta de acordo com o grupo que se apossava da ideia. Com a economia totalmente dependente do sistema escravista, os donos de terra eram muito resistentes às mudanças, e, nesse contexto, os abolicionistas não formavam um grupo coeso. Assim, a defesa da libertação dos escravizados não é fundamentada em argumentos homogêneos, tampouco o que se entendia por igualdade. No caso do conto de Astolfo Marques, vemos a partir da personagem Margarida que a discussão gira em torno da ideia da igualdade dos sujeitos, por isso ela argumenta que não deveria haver escravização.

Em outro momento, vemos Eleutéria explicando que o chefe de polícia também não queria mais prender ninguém acreditando que, a partir daquele momento, todos eram iguais: “-...Que elas mandaram a polícia e o chefe respondeu que o tempo de prender escravos já se havia acabado, que agora eram todos iguais” (MARQUES, 2021, p. 65)

Outro fato importante que o conto explora é como a notícia da abolição fez explodir a revolta contra a violência dos brancos, por isso muitas casas foram apedrejadas:

- E quando se fez uma passeata para cumprimentar o Maranhense e o Victor Castello, que Deus os chame lá, que os pretos do Jerônimo Tavares apedrejavam a casa daqueles brancos que tinham muitos escravos, lá na praça d’Alegria? (MARQUES, 2021, p. 64)

A despeito da ideia da passividade da escravização, essa reação dos libertos conta a história da revolta contra o sistema escravista.

Além desses gestos, que mostram a recepção da notícia da abolição, Raimunda Codó e Eleutéria discutem que, 17 anos após a Lei Áurea, muitos escondiam a informação de que foram libertos na data:

-Sabe quem ainda faz um festejozinho, muito limitado, quase só p'ros de casa e os mais amigos? É nhá Amância, lá no Caminho Grande.  
 - E que não tinha obrigação, pois ela não foi treze. Ela é das que têm carta no cofó. Ao passo que as tais “de alforria por decreto”, assinado com pena d'ouro, essas se vão esquivando. (MARQUES, 2021, p. 65)

Portanto, o que se observa após a Lei Áurea e, em plena República, é que alguns escravizados libertos pela abolição (“alforria por decreto”) preferem não se identificarem como tal. Nesse sentido, o título do conto, “Ser treze”, antecipa a reflexão que as duas personagens estão promovendo: o apagamento social da data e o fato de ex-escravizados se sentirem desconfortáveis de serem reconhecidos como libertos pelo decreto. Por isso, muitos preferem explicar que nasceram livres:

- É como te digo. Ora, Não que conhecemos Maria Benedita desde negrinha, com aquela canela seca, vendendo arros de Veneza, da fazenda do coronel Gonzaga! Sabes o que ela teve coragem de dizer, na minha presença? Que ela foi forra na pia, que nunca conheceu cativo, que foi criada como branca e outras gabolices mais. Ora dá-se p'ra isso! (MARQUES, 2021, p. 65)

Ao longo do século XIX, sabemos que foram criados vários expedientes jurídicos que, se por um lado, visavam promover a liberdade de grupos específicos dentre os escravizados, como a Lei do Sexagenário e a Lei do Ventre livre; por outro, também podemos entender como formas de protelar a abolição. Muitos questionam como essas leis eram postas em prática, discutindo a ineficiência delas. Entretanto, após a abolição, o conto revela que muitos preferiam utilizar esse rastro legal para explicar a liberdade do que terem sua alforria associada à Lei Áurea. O professor Matheus Galo explica a razão desse desconforto:

(...) a honra de ser libertado através da pena de ouro de uma princesa transformara-se num estigma. Aquilo que no mundo aristocrático do Império brasileiro era uma distinção converteu-se, passada pouco mais de uma década republicana, na marca de uma cidadania recente, negra, de segunda classe, signo da integração tardia à nação brasileira. (GALO, 2018, p. 118)

Como vemos, os libertos pela Lei Áurea não só denunciavam um passado imperial a que a República não queria se vincular, mas principalmente um estigma da escravização que não foi suplantado pela ideia de cidadania. Aos negros libertos não foram estendidos direitos que promoveriam sua inclusão como cidadão da nação brasileira. Eles foram libertos sem que houvesse qualquer planejamento de como lidar

com as vulnerabilidades causadas pelo histórico da escravização. Pelo contrário, observa-se no período uma série de dispositivos que vão promover não só o seu afastamento dos libertos dos grandes centros, com a derrubada de cortiços, como também sua pauperização, oriunda dos tipos de trabalho que se destinam a essa população.

Entretanto, como o título do conto nos antecipa, “Ser treze” não é motivo de vergonha para as personagens principais, por isso reclamam da falta das festividades em relação à data da abolição e reafirmam a necessidade de ter orgulho de serem libertas não só de “pia”:

-Bem faço eu, que não nego o que fui. E p’ro quê? Eu sei perfeitamente que Deus Nosso Senhor não deixou cativo no mundo, que isso foi uma história dos homens. Por isso não vejo de que me hei de envergonhar. Digo em alto e bom som que fui escrava, e que achei um filho de Deus que deu por minha carta quinhentos bagarotes! Tenho-a no meu cofo!

- E eu digo em alto e bom som que fui liberta no dia primeiro do ano de oitenta e oito, do mesmo em que veio a lei de Treze de Maios. Sabes como os meus brancos eram atilados. Parece que a coisa rosnou lá por cima e eles, p’ra fazerem “um bonito”, passaram a minha carta. Já se vê que eu também tenho carta de cofo...(MARQUES, 2021, p. 66)

As citações nos revelam que estar associado ao 13 de maio acionava a ideia da escravidão, por isso muitos libertos preferiam esconder esse fato, numa tentativa de se incluírem numa nação que não fazia nenhum movimento para que houvesse extensão da cidadania. Além disso, as personagens explicam que não devem ter vergonha de serem libertas, porque quem promoveu o cativeiro foram os homens. A escravização não era uma condição inata, mas um sistema muito bem articulado. Dessa forma, as duas refletem sobre a escravização como um processo cujas vítimas foram os negros.

Enquanto as personagens finalizam a conversa se orgulhando de serem libertas, no final do conto aparece a voz de um narrador discutindo o que significaria ser treze de maio:

A estas horas certamente que, como elas, muitos comemoram no coração a data da lei que fraternizou os nacionais e que, igualando pretos e brancos, prenunciou uma nova era- a do recorte do solo livre pelo braço livre, lavrando-o e fertilizando-o para tornar o país grande entre os que são os maiores no concerto da nação. (MARQUES, 2021, p. 67)



Essa voz ecoa o sentimento de orgulho das duas personagens para outros tantos que estariam comemorando a abolição da escravatura naquele momento. Assim, embora pareçam ser poucas pessoas que comemoram a data, porque ficamos com essa impressão depois da conversa entre Raimunda e Eleutéria, esse narrador faz questão de reafirmar que há muitos outros que compartilham do mesmo sentimento de alegria observado nas duas personagens. Acabamos percebendo, portanto, que o contraste criado ao longo da narrativa entre as falas de Raimunda e Eleutéria e de outros personagens é um expediente literário para enaltecer a data da abolição.

Outro dado que esse narrador revela é a crença de que a liberdade dos escravizados anunciaria uma outra etapa para a nação. Então, passados quase duas décadas depois da abolição, o conto reafirma a necessidade da integração e cidadania da população escravizada, visando o fortalecimento da nação.

## **Conclusão**

O conto “Ser Treze”, de Astolfo Marques, torna complexa o sentido da abolição da escravatura no Brasil. Nesse sentido, ele cria um lastro para pensarmos como a data pode ser capturada por discursos diversos para fortalecer ideologias. Na segunda década do século XXI, por exemplo, reforçou-se a ideia da abolição como uma benfeitoria branca, tentando apagar qualquer protagonismo do povo negro em relação à data. Nesse sentido, os movimentos negros reforçam a partir do protagonismo dos negros na resistência à escravidão a data de 20 de novembro como o dia da consciência negra e dia nacional de Zumbi de Palmares. A data foi pensada para se contrapor à forma como o 13 de maio foi capturado e esvaziado por uma narrativa que silencia o povo negro como agente de resistência.

Portanto, o conto de Astolfo Marques é importante para observamos a voz de um escritor negro também pensando o Brasil e o fazendo de uma perspectiva distinta da que observamos em nosso cânone. Sua reflexão sobre o 13 de maio enfatiza o cenário heterogêneo sobre a percepção da abolição, revelando-nos que esses eventos, sobretudo quando significativos para a população negra, constantemente podem ser esvaziados de sentido.

17 anos após a abolição ter orgulho da data enaltece o sentido de luta promovida para que ocorresse a libertação. Astolfo Marques nos mostra que não é só o presente que está em disputa, mas o próprio passado e seus significados.

## Referências

- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brazil. In: NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras*. Vol1. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 2015.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ouro sobre o azul, 2007
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Antonio dos Reis. *A literatura Maranhense*. São Luís, EDUFMA, 2021
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo, Unesp, 2008.
- DOMINGUES, Petronio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 251-281 – 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/tVPZ74sD7FXPzSjrgh5BVtk/> Acesso em: 07 de abril de 2024
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol 1. São Paulo, Globo, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro, Zahar, 2020.
- JESUS, Matheus Gato de. “NINGUÉM QUER SER UM TREZE DE MAIO: abolição, raça e identidade nacional nos contos de Astolfo marques (1903-1907)”. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 37, n. 01, p. 117-140, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/b4nwR3H7m7y6d3qbFRh6w3v/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2023
- \_\_\_\_\_. *Negro, porém republicano: investigações sobre a trajetória intelectual de Raul Astolfo Marques (1876-1918)*. 2010. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Usp, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25022011-123156/pt-br.php>. Acesso em: 25 out. 2023.
- MARQUES, Astolfo. *O 13 de maio e outras estórias do pós-Abolição*. São Paulo, Fósforo, 2021.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2013.

PROUST, Marcel. *No Caminho de Swann*. Trad. Mário Quintana. Porto Alegre, Globo, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil nação: 1808 -2010: a abertura para o mundo 1889-1930*. São Paulo, Objetiva, 2012.